ATUAÇÃO

Renan Calheiros anuncia audiências no Senado para discutir alíquota de 11,3% da CBS



VIVA À IMPRENSA

Projeto de lei estabelece critérios técnicos para aplicação de recursos públicos, prevê maior transparência nas contratações e proíbe discriminação de veículos de comunicação por posicionamento editorial

Ronaldo Medeiros propõe regras para distribuição de publicidade do Governo de Alagoas e proteção a veículos críticos



TRANSPARÊNCIA

Governador afirma que tentou telefonar para o sucessor e defende transição administrativa transparente, apesar das divergências políticas durante a campanha

Paulo Dantas divulga mensagem enviada a JHC após resultado das eleições em Alagoas



Presidente da Câmara, Hugo Motta, quer votar ainda em 2026 a implantação do voto distrital misto, que combina escolha de candidatos por região e votação em partidos

Eleitor poderá ter dois votos para deputado e vereador; entenda proposta de mudança no sistema eleitoral

MUDANÇAS



TENSÃO

Articulação para nomeação na Arsal, suspensa pela Justiça, teria provocado resistência entre integrantes do grupo político do governador eleito

Negociação de Otávio Lessa com grupo de Paulo Dantas pode afetar relação de Ronaldo Lessa com JHC

PULOU FORA

Empresário afirmou que responsabilidades à frente de suas empresas influenciaram a decisão e anunciou proposta de apoio financeiro ao clube

Rafael Tenório desiste de assumir presidência do CSA após orientação jurídica e conversa com familiares

INCERTEZAS

Atual presidente do Legislativo de Maceió articula permanência no cargo a partir de 2027, mas disputa pode envolver outros vereadores, entre eles Samyr Malta

Chico Filho ainda não tem apoio garantido de JHC e Rodrigo Cunha para continuar na presidência da Câmara

EDITORIAL - EXPEDIENTE - ARTIGOS

EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

Desnorteado, mas longe de desaparecer

A política raramente oferece caminhos em linha reta. Para Alfredo Gaspar (PL-AL), a derrota de Flávio Bolsonaro na eleição presidencial de 2026 representa uma mudança brusca de rota, mas não necessariamente o fim de sua trajetória. Depois de integrar a chapa como candidato a vice-presidente, o deputado federal terá de reorganizar seus planos, especialmente diante da proximidade do encerramento do mandato, em fevereiro de 2027.

A aposta nacional ampliou a exposição de Gaspar e o colocou em uma disputa muito além dos limites de Alagoas. O resultado, porém, não correspondeu às expectativas. Sem a possibilidade de chegar à Vice-Presidência, o parlamentar volta a concentrar suas atenções no cenário estadual, onde antes era apontado como possível candidato ao Senado. Nos bastidores, circulam relatos de que articulações atribuídas a Arthur Lira (PP) teriam contribuído para afastá-lo dessa disputa. A hipótese, mencionada pelo jornalista Geraldo de Majella, não foi apresentada como fato comprovado.

A derrota de Flávio Bolsonaro, por uma diferença superior a 4,4 milhões de votos, encerrou um projeto nacional no qual Gaspar apostou parte de seu futuro. Ainda assim, o deputado conserva uma base de apoiadores em Alagoas, sobretudo entre eleitores alinhados ao bolsonarismo. Esse capital político não desaparece com o resultado das urnas e poderá servir de ponto de partida para uma nova etapa de sua atuação.

Uma das possibilidades mencionadas é a disputa pela Prefeitura de Maceió. O caminho, contudo, dependeria de negociações com forças políticas que já ocupam posições relevantes no estado, entre elas grupos ligados a JHC e Arthur Lira. Em uma capital marcada por alianças estratégicas e interesses eleitorais distintos, qualquer candidatura exige articulação partidária, apoio político e capacidade de diálogo.

Alfredo Gaspar chega, portanto, a um momento de transição. A derrota presidencial interrompeu uma ambição imediata, mas também abre espaço para rever estratégias e definir onde pretende concentrar forças. O mandato está perto do fim, porém sua presença na política alagoana ainda pode render novos capítulos. O desafio será transformar a projeção conquistada no cenário nacional em uma força capaz de sustentar seus próximos movimentos.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Flávio Bolsonaro: 'jumento ou Napoleão no hospício'?

O presidenciável derrotado foi chamado, na semana passada, de jumento pelo pas-tor-empresário Silas Malafaia após a ida de Flávio Bolsonaro para os EUA.

A irritação de Silas ocorreu também porque Flávio publicou uma carta na qual se intitulava como 'o verdadeiro presidente eleito do Brasil', expressão posterior-mente corrigida para líder do Brasil.

Mas, principalmente, por tomar decisões sem consultar seu grupo. O fato é que ao fugir isolou o PL, abandonou aliados e jogou o Centrão no colo de Lula.

Mas, jumento Flávio não é. Com quatro mandatos de deputado estadual e um de senador pelo Rio de Janeiro, além de milionário, deixa o país sem responder a uma série de questões sobre seus negócios.

Agora, pode ser 'Napoleão no hospício`, como relatou um interlocutor ao adaptar uma piada contada por Ariano Suassuna em suas palestras. A estória foi usada para ironizar as autodeclarações do ex-candidato.



EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

AdrianoRamos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia é uma publicação diária - AVENIDA JUCA SAMPAIO, 2247 - LOJA 45 SHOPPING MIRAMAR NO SHOPPING MIRAMAR, BAIRRO FEITOSA, MACEIO/AL - CEP: 57.042-530 **Fone: (82) 99907-9975**

WWW.ANOTICIAAL.COM.BR redacao@anoticiaal.com.br / comercial@anoticiaal.com.br **Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.**

VIVA À IMPRENSA

Projeto de lei estabelece critérios técnicos para aplicação de recursos públicos, prevê maior transparência nas contratações e proíbe discriminação de veículos de comunicação por posicionamento editorial

Ronaldo Medeiros propõe regras para distribuição de publicidade do Governo de Alagoas e proteção a veículos críticos



O deputado estadual Ronaldo Medeiros (PT) apresentou à Assembleia Legislativa de Alagoas o Projeto de Lei nº 2.164/2026, que propõe novas regras para o planejamento, a contratação e a distribuição dos recursos destinados à publicidade institucional do Governo do Estado. A iniciativa busca estabelecer critérios técnicos para a escolha dos veículos de comunicação e ampliar os mecanismos de transparência e controle sobre os gastos públicos com campanhas governamentais.

Pela proposta, a destinação das verbas publicitárias deverá considerar indicadores como audiência, alcance do público, cobertura territorial, relevância regional e capacidade de execução dos serviços contratados. A intenção é que as escolhas sejam fundamentadas em parâmetros verificáveis, reduzindo a possibilidade de decisões baseadas exclusivamente em preferências políticas ou editoriais.

Um dos principais pontos do projeto trata da relação entre o poder público e os veículos de imprensa. O texto proíbe que empresas jornalísticas sejam discriminadas em razão de sua linha editorial, das opiniões que divulgam ou de críticas legítimas à administração estadual. A medida pretende impedir que a publicidade institucional seja utilizada como instrumento de favorecimento ou retaliação a determinados meios de comunicação.

A proposta também estabelece que a contratação de publicidade não poderá ser condicionada à publicação de conteúdos favoráveis ao governo ou à retirada de informações jornalísticas. Na prática, o dispositivo busca preservar a independência editorial dos veículos e impedir que a destinação de recursos públicos seja utilizada para interferir na produção de notícias.

Outro aspecto previsto é a regionalização das campanhas institucionais. O projeto determina que o planejamento da comunicação governamental considere as características e necessidades informativas das diferentes regiões de Alagoas. A medida busca ampliar o alcance das mensagens de interesse público, levando em consideração a diversidade territorial e os diferentes públicos atendidos pelas ações do Estado.

A publicidade institucional é utilizada para divulgar serviços públicos, campanhas educativas, programas governamentais e informações de interesse coletivo. Por envolver dinheiro público, sua contratação deve observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Nesse contexto, a proposta de Ronaldo Medeiros procura estabelecer regras mais específicas para a administração estadual, especialmente quanto à justificativa das escolhas dos meios de comunicação e à documentação das decisões que envolvem a aplicação dos recursos.

A exigência de critérios técnicos também pode contribuir para tornar mais transparente a distribuição das verbas entre veículos de diferentes portes e abrangências. Entretanto, o projeto não estabelece contratação obrigatória nem reserva automática de recursos para empresas específicas. A seleção continuará sujeita à avaliação das características e necessidades de cada campanha.

O texto ainda preserva as competências do Conselho Estadual de Comunicação Social e contempla disposições relacionadas ao apoio cultural a emissoras comunitárias e educativas, reconhecendo a participação desses meios na divulgação de informações de interesse público.

A proposta também coloca em discussão a necessidade de separar a comunicação institucional, financiada pelo contribuinte, dos interesses políticos de quem ocupa temporariamente a administração estadual. Enquanto a primeira deve atender ao interesse coletivo, a utilização de recursos públicos para premiar veículos favoráveis ou prejudicar aqueles que exercem atividade jornalística crítica contraria o princípio da impessoalidade.

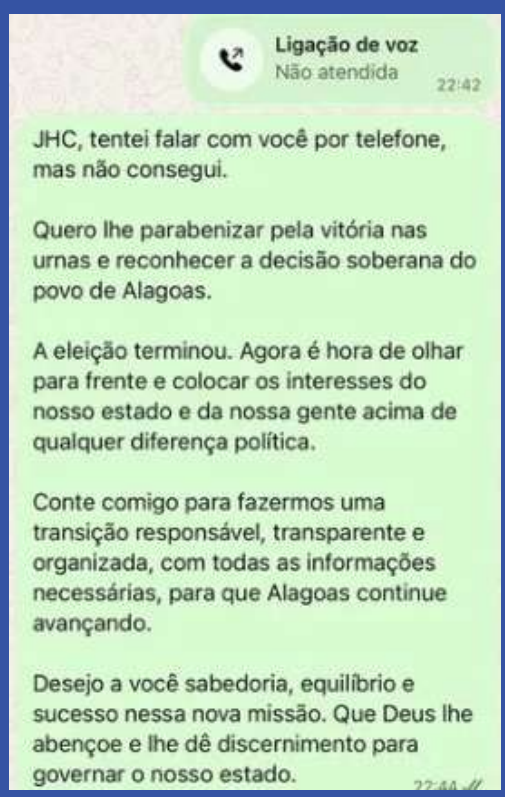
TRANSPARÊNCIA

Paulo Dantas divulga mensagem enviada a JHC após resultado das eleições em Alagoas

Governador afirma que tentou telefonar para o sucessor e defende transição administrativa transparente, apesar das divergências políticas durante a campanha

O governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB), divulgou nesta terça-feira (3) uma mensagem enviada ao governador eleito, João Henrique Caldas (JHC), após o resultado das eleições de 4 de outubro. O texto foi encaminhado às 22h44, depois de uma tentativa de contato telefônico que, segundo Dantas, não foi atendida.

Na mensagem, o governador reconheceu o resultado das urnas, parabenizou o sucessor e defendeu que as diferenças políticas fossem superadas em favor dos interesses do estado.



"Quero lhe parabenizar pela vitória nas urnas e reconhecer a decisão soberana do povo de Alagoas. A eleição terminou, agora é hora de olhar para a frente e colocar os interesses do nosso estado e da nossa gente acima de qualquer diferença política", escreveu.



Dantas também desejou sabedoria e equilíbrio ao governador eleito. "Que Deus lhe abençoe e lhe dê discernimento para governar o nosso estado", acrescentou.

Ao tornar pública a mensagem, o governador reafirmou os votos de sucesso a JHC e à futura equipe de governo. Também manifestou o desejo de que programas desenvolvidos durante sua gestão e a administração de Renan Filho tenham continuidade, ao mesmo tempo em que defendeu a implementação de novos projetos pelo sucessor.

Durante a disputa eleitoral, Paulo Dantas apoiou a candidatura de Renan Filho (MDB), derrotado por JHC no primeiro turno. Apesar do posicionamento político, o atual governador afirmou ter colocado a estrutura administrativa do Estado à disposição para assegurar uma transição organizada, transparente e responsável.

ATUAÇÃO

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador alagoano pretende ouvir representantes do governo

Renan Calheiros anuncia audiências no Senado para discutir alíquota de 11,3% da CBS

O senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, anunciou que o colegiado realizará, a partir de 11 de novembro, uma série de audiências públicas para discutir a alíquota de referência de 11,3% da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), prevista na implementação da reforma tributária.

O anúncio foi feito no sábado (31). Segundo Renan, a comissão pretende reunir representantes do governo federal, órgãos de controle, especialistas em tributação e integrantes da sociedade civil para debater o percentual antes da deliberação do Senado.

"Vamos convidar o ministro da Fazenda, o presidente do TCU, tributaristas e representantes da sociedade. O líder será o relator Eduardo Braga", afirmou o parlamentar.

A discussão ocorre diante do prazo estabelecido para a definição da alíquota de referência da CBS. Caso o Senado não aprove uma nova resolução até 15 de dezembro, o percentual de 11,3%, calculado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), será aplicado automaticamente a partir de 1º de janeiro de 2027.

Como presidente da CAE, Renan Calheiros ficará responsável pela condução dos debates no colegiado, que deverão reunir diferentes avaliações sobre o percentual proposto e seus efeitos na implementação do novo sistema tributário.

As audiências antecederão a definição do Senado sobre a alíquota, em uma etapa da regulamentação da reforma tributária que estabelece as condições para a entrada em vigor da CBS em 2027.



TENSÃO

Negociação de Otávio Lessa com grupo de Paulo Dantas pode afetar relação de Ronaldo Lessa com JHC

Articulação para nomeação na Arsal, suspensa pela Justiça, teria provocado resistência entre integrantes do grupo político do governador eleito

A articulação política envolvendo a indicação de Otávio Lessa para a presidência da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Alagoas (Arsal) pode ter reflexos na relação entre o ex-governador Ronaldo Lessa (PDT) e o governador eleito de Alagoas, JHC (PSDB). A avaliação foi apresentada pelo jornalista Ricardo Mota, em publicação desta terça-feira (3).

Segundo o jornalista, Otávio Lessa, irmão de Ronaldo, exerce influência sobre as decisões políticas do ex-governador e teria participado de articulações com o grupo do governador Paulo Dantas (MDB) para assumir a presidência da Arsal, deixando sua vaga no Tribunal de Contas do Estado (TCE) disponível.

A movimentação teria provocado insatisfação entre integrantes do grupo político de JHC, que passaram a questionar a manutenção de um acordo envolvendo Ronaldo Lessa. Conforme Ricardo Mota, embora a composição inicialmente discutida entre os dois políticos previsse a indicação de Ronaldo para a vice-governadoria, as negociações resultaram em um entendimento para que o ex-governador assumisse o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep).

O cenário ganhou novos desdobramentos após a Justiça de Alagoas suspender, nessa segunda-feira (2), a nomeação de Otávio Lessa para a presidência da Arsal. A decisão foi proferida pelo juiz plantonista Léo Dennisson Bezerra de Almeida, em resposta a uma ação popular apresentada por JHC.

A liminar suspendeu os efeitos do Decreto nº 113.415, assinado pelo presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Victor (MDB), durante o período em que exerceu interinamente o Governo de Alagoas. A medida impede a posse e o exercício de Otávio Lessa na agência reguladora.



Na decisão, o magistrado apontou elementos que indicam possível desvio de finalidade na nomeação, considerando as alterações recentes na legislação da Arsal, a rapidez do processo de indicação e o fato de a vaga estar aberta desde setembro de 2024.



Otávio Lessa foi indicado em 23 de outubro, teve o nome aprovado pela Assembleia Legislativa no dia 28 e foi nomeado no dia seguinte. Pela legislação aprovada em outubro, o mandato na agência seria de cinco anos, com término previsto para 2031.

MUDANÇAS

Presidente da Câmara, Hugo Motta, quer votar ainda em 2026 a implantação do voto distrital misto, que combina escolha de candidatos por região e votação em partidos

Eleitor poderá ter dois votos para deputado e vereador; entenda proposta de mudança no sistema eleitoral

O sistema de votação para deputados federais, estaduais e vereadores poderá passar por uma mudança significativa nos próximos anos. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou que pretende colocar em votação, ainda em 2026, uma proposta para substituir o atual modelo proporcional pelo chamado voto distrital misto, que permitirá ao eleitor escolher um representante de sua região e também votar em um partido político.

A proposta prevê um período de transição nas eleições de 2030, com implantação definitiva do novo sistema em 2034. A mudança ainda depende de aprovação pelo Congresso Nacional.

Atualmente, nas eleições proporcionais, o eleitor pode votar em um candidato ou diretamente em um partido. Os votos recebidos pelos candidatos e pelas legendas são considerados para determinar quantas vagas cada partido ou federação terá direito a ocupar. Por isso, um candidato muito votado pode contribuir para a eleição de outros integrantes de sua legenda, mesmo que estes tenham recebido menos votos individualmente.

No modelo distrital misto em discussão, o funcionamento seria diferente. O território de cada estado ou município seria dividido em distritos eleitorais, e parte das vagas do Legislativo seria destinada aos candidatos mais votados em cada uma dessas regiões. A outra parte seria preenchida por representantes escolhidos a partir de listas apresentadas pelos partidos.



Na prática, o eleitor teria dois votos para cada disputa proporcional. No primeiro, escolheria um candidato de seu distrito, que concorreria diretamente com outros nomes pela representação daquela região. No segundo, votaria em um partido político, contribuindo para definir a distribuição das demais cadeiras.

Um exemplo ajuda a compreender a mudança. Em uma eleição hipotética para uma Câmara Municipal com 20 vereadores, dez vagas poderiam ser destinadas aos candidatos eleitos diretamente nos distritos, enquanto as outras dez seriam preenchidas por meio das listas partidárias. Assim, o eleitor teria influência tanto na escolha de um representante de sua região quanto na composição partidária do Legislativo.

A quantidade de vagas destinada a cada modalidade, os critérios de distribuição das cadeiras e a forma de organização dos distritos ainda dependerão do texto definitivo da proposta. Em modelos que utilizam listas fechadas, os partidos estabelecem previamente a ordem dos candidatos que poderão ocupar as vagas conquistadas.

Uma das principais diferenças em relação ao sistema atual é que os candidatos passariam a disputar diretamente a representação de determinadas áreas geográficas. Em Maceió, por exemplo, a divisão poderia reunir diferentes bairros em distritos eleitorais, conforme critérios populacionais e territoriais a serem definidos. O vereador eleito pelo distrito teria uma vinculação eleitoral direta com aquela região, embora continuasse exercendo mandato para todo o município.

Entre os argumentos favoráveis ao sistema está a possibilidade de aproximar eleitores e representantes, facilitando a identificação dos parlamentares responsáveis por representar cada região. Por outro lado, o modelo também provoca discussões sobre o poder dos partidos na elaboração das listas e sobre a necessidade de uma divisão equilibrada dos distritos.

Hugo Motta afirmou que pretende ampliar o diálogo com outras legendas, incluindo PT, PL e Novo, para construir um entendimento sobre a reforma. O presidente da Câmara também deverá discutir o assunto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

A mudança não atingiria as eleições para presidente da República, governadores, prefeitos e senadores, que continuariam seguindo as regras do sistema majoritário.

BRASÍLIA

Levantamento do Diap aponta que apenas 124 dos 513 deputados terão apoio consistente ao governo a partir de 2027

Lula terá menor base de apoio na Câmara desde Collor e enfrentará oposição fortalecida no Senado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) iniciará seu quarto mandato, em janeiro de 2027, com a menor base de apoio consistente na Câmara dos Deputados desde o governo Fernando Collor, iniciado em 1990. A projeção é do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que analisou a composição do Congresso Nacional após as eleições de 2026.

Segundo o levantamento, Lula contará com 124 deputados classificados como de apoio consistente, o equivalente a 24,2% das 513 cadeiras da Câmara. Outros 246 parlamentares, que representam 48% da Casa, integram o grupo de apoio condicionado, enquanto 143 deputados, ou 27,9%, são classificados como oposição.

O cenário indica que o governo dependerá de negociações com partidos e parlamentares que não integram sua base mais estável para conseguir aprovar projetos. Considerando os dois grupos de apoio, Lula poderá reunir até 370 deputados, número que representa 72,1% da Câmara, mas cuja adesão dependerá das articulações políticas.



No Senado, a situação também exigirá negociações. O levantamento aponta que o presidente terá 16 senadores de apoio consistente, equivalentes a 19,8% das 81 cadeiras. Outros 31 parlamentares são classificados como apoio condicionado, enquanto 34 integram a oposição, o equivalente a 42% da Casa.

Em comparação com o início do terceiro mandato de Lula, em 2023, a base considerada estável na Câmara diminuiu de 140 para 124 deputados. No Senado, houve aumento de 14 para 16 aliados consistentes, mas a oposição passou de 28 para 34 parlamentares.

O Diap também identificou mudanças na composição ideológica do Congresso. Na Câmara, o número de deputados classificados como de direita passou de 244 para 260. No Senado, esse grupo cresceu de 32 para 48 integrantes, enquanto a centro-direita perdeu espaço nas duas Casas.

O Partido Liberal (PL), legenda do candidato derrotado à Presidência, Flávio Bolsonaro, elegeu as maiores bancadas do Congresso, com 121 deputados federais e 29 senadores. A representação poderá ampliar a participação do partido nas comissões parlamentares e nas atividades de fiscalização do Executivo.

Para o cientista político Neuriberg Dias, diretor de Documentação do Diap, a distribuição das forças políticas exigirá maior capacidade de negociação do governo federal, especialmente porque uma parcela expressiva dos parlamentares está no grupo de apoio condicionado.

Apesar dos números, o especialista ressalta que o tamanho da base considerada consistente não determina, isoladamente, a capacidade de aprovação das propostas do Executivo. A formação de maiorias dependerá dos acordos entre partidos, das regras de votação e da articulação política do governo.

INCERTEZAS

Atual presidente do Legislativo de Maceió articula permanência no cargo a partir de 2027, mas disputa pode envolver outros vereadores, entre eles Samyr Malta

Chico Filho ainda não tem apoio garantido de JHC e Rodrigo Cunha para continuar na presidência da Câmara



O presidente da Câmara Municipal de Maceió, Chico Filho, articula sua permanência no comando do Legislativo a partir de janeiro de 2027, mas ainda não teria assegurado o apoio do governador eleito JHC (PSDB) e do Prefeito Rodrigo Cunha. A informação foi divulgada pelo jornalista Odilon Rios, do portal Repórter Nordeste, nessa segunda-feira (2).

Segundo a publicação, Chico Filho tem afirmado a pessoas próximas que conta com o apoio das duas lideranças políticas e que não enfrentaria dificuldades para reunir os votos necessários à recondução ao cargo. Entretanto, integrantes dos grupos ligados a JHC e Rodrigo Cunha teriam informado que nenhum compromisso foi firmado até o momento e que a definição ocorrerá posteriormente.

Outro nome que aparece nas articulações é o vereador Samyr Malta, que participa das discussões sobre a atualização do Plano Diretor de Maceió. O parlamentar já declarou publicamente sua intenção de disputar a presidência da Câmara, o que pode ampliar a concorrência pelo comando da Casa.

A movimentação ocorre em meio às negociações políticas para a composição da Mesa Diretora no próximo período. O apoio de JHC e Rodrigo Cunha é considerado um dos fatores relevantes nas articulações, mas a escolha dependerá dos votos dos vereadores.

A publicação também relembra a disputa anterior pela presidência do Legislativo municipal, quando Marcelo Palmeira era apontado como possível escolhido para o cargo, antes de uma articulação política de JHC favorecer Chico Filho.

DESNORTEADO

Deputado federal integrou a chapa de Flávio Bolsonaro e encerra mandato em fevereiro de 2027

Após derrota na eleição presidencial, Alfredo Gaspar enfrenta indefinição sobre futuro político



O deputado federal Alfredo Gaspar (PL-AL) enfrenta um período de indefinição política após a derrota da chapa presidencial de Flávio Bolsonaro (PL), da qual participou como candidato a vice-presidente, nas eleições de 2026. Com o mandato na Câmara dos Deputados previsto para terminar em fevereiro de 2027, o parlamentar terá de definir seus próximos passos dentro do partido e no cenário político de Alagoas.

Em artigo publicado nesta terça-feira (3), o jornalista e escritor Geraldo de Majella analisa a trajetória de Gaspar e os limites de sua influência política. Segundo o colunista, apesar da projeção conquistada durante os quatro anos de mandato, o deputado não conseguiu consolidar uma posição de liderança entre os integrantes do Congresso Nacional.

A participação na chapa presidencial também modificou os planos eleitorais de Gaspar em Alagoas, onde era apontado como possível candidato ao Senado. De acordo com Majella, comentários de bastidores atribuem ao deputado Arthur Lira (PP) articulações que teriam contribuído para afastá-lo da disputa estadual. O colunista avalia que uma eventual candidatura de Gaspar poderia dificultar os planos eleitorais de Lira. A suposta articulação, no entanto, não foi apresentada como fato comprovado.

No segundo turno da eleição presidencial, realizado em 25 de outubro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi reeleito ao derrotar Flávio Bolsonaro por uma diferença superior a 4,4 milhões de votos. O resultado encerrou a possibilidade de Gaspar assumir a Vice-Presidência da República.

Apesar do resultado eleitoral, o deputado mantém uma base de apoiadores em Alagoas, especialmente entre eleitores identificados com o bolsonarismo. Essa presença política poderá influenciar sua atuação nos próximos anos, sobretudo na organização do PL no estado.

Entre os cenários mencionados por Geraldo de Majella está uma possível candidatura de Alfredo Gaspar à Prefeitura de Maceió. O colunista considera, entretanto, que uma eventual movimentação nessa direção dependeria das articulações políticas locais e poderia encontrar resistência de grupos ligados a JHC e Arthur Lira.

ARTICULAÇÃO PARTIDÁRIA

Entrada do Avante na aliança abre novas negociações e pode impactar a organização partidária em Alagoas

Adeilson Bezerra acompanha articulação nacional que pode redesenhar Federação Solidária



O resultado das eleições de 2026 e as exigências da cláusula de desempenho eleitoral intensificaram as articulações entre partidos políticos em Brasília. Em busca de maior representatividade no Congresso Nacional e de estruturas mais competitivas para os próximos anos, as legendas discutem alianças e reorganizações. Nesse cenário, a Federação Solidária avança em um processo de ampliação com a entrada do Avante.

A adesão foi aprovada em assembleias nacionais e recebeu parecer favorável da Procuradoria-Geral Eleitoral. Com a chegada do Avante, a composição reúne também Solidariedade e Partido Renovação Democrática (PRD). A configuração definitiva, no entanto, ainda depende de entendimentos entre as direções partidárias.

Presidente estadual do Solidariedade em Alagoas, o advogado Adeilson Bezerra acompanha as negociações e destaca a importância de decisões pautadas pelo diálogo e pelo planejamento político.

"A política precisa de diálogo, responsabilidade e visão de futuro. Acompanhando essas articulações com atenção, pois sabemos que as decisões tomadas nacionalmente têm reflexos diretos nos estados. Nosso compromisso é contribuir para que o Solidariedade continue crescendo, fortalecendo suas bases e ampliando sua capacidade de participação na vida política de Alagoas", afirmou.

Em Alagoas, Bezerra participa da condução política do Solidariedade e da construção da Federação Renovação Solidária, formada em parceria com o PRD, presidido no estado pelo coronel Ivon Berto. A aliança busca ampliar a competitividade eleitoral, estruturar chapas proporcionais e fortalecer a presença das siglas nos municípios.

A eventual incorporação do Avante à composição poderá abrir uma nova rodada de negociações sobre espaços de decisão, organização partidária e estratégias eleitorais. O desafio será conciliar os interesses das lideranças nacionais e estaduais, respeitando as particularidades de cada região.

"Construiremos um projeto político consistente, que tenha presença nos municípios, dialogue com as lideranças e ofereça condições reais para ampliar a representação local. Qualquer decisão precisa considerar a realidade do nosso estado e valorizar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Solidariedade e pela Federação Renovação Solidária", declarou.

As negociações deverão envolver as direções nacionais e estaduais, além de lideranças municipais, tendo como horizonte as eleições de 2028. A aproximação entre as siglas poderá ampliar as possibilidades de alianças e fortalecer a atuação política da Federação Renovação Solidária. Enquanto as conversas avançam, Adeilson Bezerra busca assegurar que os interesses do Solidariedade em Alagoas sejam considerados na definição da nova configuração partidária, prevista para entrar em vigor a partir de 2027.



PULOU FORA

Empresário afirmou que responsabilidades à frente de suas empresas influenciaram a decisão e anunciou proposta de apoio financeiro ao clube

Rafael Tenório desiste de assumir presidência do CSA após orientação jurídica e conversa com familiares



O empresário Rafael Tenório anunciou que não assumirá a presidência do Centro Sportivo Alagoano (CSA). A decisão foi comunicada no último sábado (31), por meio de uma carta aberta à torcida, após conversas com suas advogadas e familiares.

Segundo Tenório, a decisão inicial de aceitar o convite para retornar ao comando do clube foi motivada por sua ligação afetiva com o CSA. Entretanto, após avaliar as responsabilidades empresariais e os possíveis impactos de uma nova gestão no futebol, optou por não assumir o cargo.

"Minhas advogadas foram claras: neste momento, assumir o clube não seria prudente", afirmou o empresário, ao explicar que suas empresas atravessam um período de organização relacionado à governança e à sucessão empresarial.

Tenório também relatou que seus filhos participaram das conversas e manifestaram preocupação com as consequências de seu retorno à presidência. Segundo ele, a família pediu que considerasse as responsabilidades com as empresas e as pessoas que dependem dessas atividades.

Apesar da desistência, o empresário afirmou que pretende continuar contribuindo financeiramente com o CSA. Uma das propostas apresentadas é a criação de um Conselho de Patrocinadores Masters, formado por empresários e parceiros interessados em garantir apoio financeiro contínuo ao clube.

De acordo com Tenório, a iniciativa busca proporcionar maior estabilidade financeira à instituição, independentemente de quem esteja à frente da administração. Ele também declarou que pretende ser o primeiro integrante a assumir esse compromisso.

Na carta, o empresário pediu desculpas aos torcedores que receberam positivamente o anúncio de seu possível retorno e defendeu uma transição organizada no clube.

"A paixão continua a mesma. O caminho é que mudou. Seguirei ao lado do CSA, como sempre estive", concluiu.

DE OLHO

Profissional é filha da secretária municipal de Educação e atua como fonoaudióloga na rede pública de saúde

Recomendação: prefeito de Chã Preta terá que demitir sobrinha contratada sem processo seletivo

O Ministério Público de Alagoas (MPAL) recomendou ao prefeito de Chã Preta, Maurício de Vasconcelos Holanda, que rescinda o contrato temporário de uma fonoaudióloga que é sua sobrinha e filha da secretária municipal de Educação. A medida foi publicada no Diário Oficial do órgão nesta terça-feira (3) e decorre de uma investigação sobre possíveis irregularidades na contratação da profissional.

Segundo o Ministério Público, a Prefeitura confirmou que a contratação foi realizada por tempo determinado, com fundamento na legislação municipal, mas sem a realização de processo seletivo simplificado. A administração informou que a escolha considerou a análise curricular, a qualificação técnica e critérios de menor custo.

Para a Promotoria, a contratação direta de uma profissional com vínculos familiares próximos ao prefeito e à secretária de Educação, sem procedimento seletivo formal e transparente, apresenta indícios de possível favorecimento pessoal e violação aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa.

O órgão ressaltou que a qualificação técnica da contratada e a eventual prestação regular dos serviços não afastam, por si só, a necessidade de verificar a legalidade do procedimento utilizado para sua escolha. Também considerou que a vinculação da profissional à Secretaria Municipal de Saúde não elimina a necessidade de apuração, diante do parentesco com o chefe do Executivo.

Na recomendação, assinada pelo promotor de Justiça Gustavo Arns da Silva Vasconcelos em 30 de outubro, o MPAL estabeleceu prazo de dez dias úteis para que o prefeito adote as providências necessárias à rescisão contratual, mediante procedimento administrativo regular e decisão fundamentada.

A Prefeitura também deverá garantir a continuidade dos atendimentos de fonoaudiologia, especialmente aos pacientes que necessitam de acompanhamento permanente, evitando prejuízos à população durante uma eventual substituição profissional.

No mesmo prazo, a administração municipal deverá encaminhar resposta ao Ministério Público, acompanhada de documentos que comprovem as providências adotadas. Caso decida não seguir a recomendação, terá de apresentar justificativas jurídicas e administrativas que sustentem a legalidade da contratação.

O MPAL esclareceu que a recomendação não possui caráter coercitivo e não representa uma conclusão definitiva sobre a existência de nepotismo ou improbidade administrativa. Entretanto, a ausência de resposta ou o não acolhimento da medida poderá resultar na adoção de providências judiciais e extrajudiciais.



INVESTIGAÇÃO

Inquérito apura possível sobreposição de contratos e contratação de ônibus sem licitação em 2022; Prefeitura deverá prestar esclarecimentos

MP investiga contratos de transporte escolar e pagamentos de R$ 2,47 milhões em Messias

O Ministério Público de Alagoas (MPAL) instaurou um inquérito civil para investigar possíveis irregularidades em contratos de transporte escolar firmados pela Prefeitura de Messias, na Região Metropolitana de Maceió. A apuração envolve pagamentos que chegaram a R$ 2,47 milhões em 2022 e uma contratação de R$ 637 mil realizada sem licitação.

A abertura da investigação foi divulgada no Diário Oficial do MPAL desta terça-feira (3), embora a portaria de instauração tenha sido assinada em 27 de julho de 2026.

De acordo com a denúncia que motivou o procedimento, a Prefeitura de Messias teria contratado o aluguel de ônibus escolares, sem licitação, pelo valor de R$ 637 mil, para um período de 90 dias, entre março e junho de 2022.

Entretanto, no mesmo período, o município já teria um contrato decorrente de procedimento licitatório com a empresa Prine Locação de Máquinas e Veículos. Conforme as informações apresentadas ao Ministério Público, a empresa teria recebido R$ 729.427,27 entre março e junho daquele ano, totalizando R$ 2.471.681,90 em pagamentos ao longo de 2022.

A investigação pretende esclarecer se houve sobreposição entre os contratos, verificar a regularidade da contratação sem licitação e analisar os pagamentos realizados pela administração municipal.

A denúncia também menciona suposta falta de ambulâncias e atrasos nos pagamentos de alguns profissionais responsáveis pelo transporte de estudantes. Essas alegações, no entanto, ainda dependem de verificação e não foram apresentadas como fatos comprovados.

O Ministério Público deverá solicitar informações e documentos à Prefeitura de Messias para esclarecer as circunstâncias das contratações e a execução dos serviços.

A instauração do inquérito civil não significa que as irregularidades tenham sido confirmadas. O procedimento tem caráter investigativo e busca reunir elementos para determinar se houve descumprimento da legislação ou eventual prejuízo aos cofres públicos.



NEGÓCIOS

Instituição teve nove profissionais reconhecidos e duas agências entre as cinco melhores do país; edição de 2026 reuniu cerca de 2,5 mil inscritos

Sebrae Alagoas recebe reconhecimento nacional pelo quinto ano consecutivo em premiação de atendimento



O Sebrae Alagoas recebeu, pelo quinto ano consecutivo, reconhecimento nacional no programa Histórias de Quem Atende, iniciativa que destaca profissionais e unidades da instituição pelo atendimento prestado aos empreendedores. Em 2026, a premiação chegou à nona edição, com aproximadamente 2,5 mil inscritos de todo o Brasil.

O anúncio dos finalistas ocorreu na última quinta-feira (29), durante uma transmissão on-line promovida pelo Sebrae Nacional. Alagoas teve sete colaboradores e dois agentes reconhecidos, além das agências de Maceió e Arapiraca classificadas entre as cinco melhores do país. O estado também registrou o maior número de finalistas desta edição.

Entre os profissionais reconhecidos estão Anissélia Nunes e Marcos Fontes, na categoria Perrengues de Quem Atende; Sidartha Reis, nas categorias Atendimento ao Cliente e Atendimento a Projetos; Adriana Coelho, em Atendimento a Projetos; Maysa Damasceno, em Educação Empreendedora; e Carl Broad e Jorge Mendonça, na categoria CSAT, que avalia a satisfação dos clientes com os serviços prestados. Os agentes Alexsandro Geraldo e Yanna Cibelle, integrantes da rede parceira do Sebrae Alagoas, também foram reconhecidos.

A analista Anissélia Nunes destacou a importância do reconhecimento profissional. "O Histórias de Quem Atende prova que os desafios do dia a dia podem se transformar em aprendizados e histórias que inspiram", afirmou.

Segundo o diretor técnico do Sebrae Alagoas, Keylle Lima, a participação dos profissionais demonstra a importância do atendimento no desenvolvimento dos pequenos negócios. A gerente da Unidade de Relacionamento Empresarial, Fátima Aguiar, também atribuiu os resultados ao trabalho das equipes responsáveis pelo contato direto com os empreendedores.

A participação alagoana cresceu em relação ao ano anterior. Em 2026, foram inscritas 250 histórias no estado, contra 139 em 2025, um aumento de aproximadamente 79,9%, conforme dados divulgados pela instituição.

Criado em 2018, o Histórias de Quem Atende reconhece experiências de profissionais que atuam no relacionamento com clientes do Sistema Sebrae. Os participantes enviam vídeos de até três minutos, avaliados por uma comissão do Sebrae Nacional com base em critérios como inovação, resultados, atuação em rede e qualidade do atendimento.

A cerimônia nacional que anunciará os vencedores de todas as categorias está prevista para novembro, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília. Os premiados receberão troféus e notebooks, além da possibilidade de participar de uma missão técnica internacional em 2027.

CULTURA

Evento acontece no dia 14 de novembro, na Arena Alagoas, e reúne 11 atrações nacionais e locais; edição homenageia o bairro e o personagem popular Jaraguá

Festival Carambola comemora 10 anos com Marcelo D2, Gaby Amarantos e Arnaldo Antunes em Maceió

O Festival Carambola celebra dez anos de existência em 2026 com uma programação que reúne nomes da música brasileira e artistas alagoanos. A décima edição será realizada no sábado, 14 de novembro, a partir das 17h, na Arena Alagoas, em Maceió, com apresentações de Marcelo D2, Gaby Amarantos, Arnaldo Antunes, Budah e Melly, entre outras atrações.

A programação também inclui IDLIBRA, Lugar Algum, Noda de Caju, Aldo Vinícius, Nenê DJ e DJ Tauí. Os shows serão distribuídos em dois palcos, com estilos que vão do rap e samba ao pop, forró, funk e música eletrônica.

Gaby Amarantos apresentará o repertório do álbum Rock Doido, lançado em 2025, enquanto Marcelo D2 levará ao palco o projeto Manual Prático do Novo Samba Tradicional. Arnaldo Antunes retorna à capital alagoana com o trabalho Novo Mundo, também de 2025. Budah apresentará músicas dos discos Púrpura e Frequência Lunar, e Melly participará com o espetáculo Mais Forte que a Dúvida.

Entre os representantes da cena alagoana estão a banda de indie rock Lugar Algum, o rapper Aldo Vinícius, Nenê DJ e DJ Tauí. O evento também contará com praça de alimentação formada por restaurantes locais, feira de economia criativa com expositores alagoanos e espaços de descanso.

Criado em 2017, o Carambola chega à décima edição com mais de 80 atrações alagoanas apresentadas ao longo de sua trajetória. Segundo a organização, o festival movimentou aproximadamente R$ 6 milhões na economia estadual em 2025, gerou cerca de mil empregos diretos e indiretos e recebeu um público formado por 32% de turistas, provenientes de 18 unidades da Federação.

A diretora artística do festival, Didi Magalhães, destaca a contribuição do evento para a atividade cultural e econômica do estado. "Ao longo dessa trajetória, a gente sente que o Carambola tem fortalecido a cadeia produtiva da cultura, gerando oportunidades para artistas, técnicos e empreendedores locais", afirmou.

Neste ano, o festival terá o Jaraguá como tema de homenagem, fazendo referência ao bairro histórico de Maceió e ao personagem presente em manifestações populares como o reisado e o bumba meu boi. A escolha também está relacionada à presença do Carambola Lab, centro cultural mantido pela organização desde 2023, na Rua Sá e Albuquerque, no bairro de Jaraguá.

O festival conta com patrocínio da Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas, da Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió, do Ecoparque Maceió e da cerveja Sol.



JOGO EM DEBATE

Audiência convocada por Luiz Fux debate medida provisória questionada por entidades do setor de apostas

STF reúne clubes e governo para discutir proibição das bets

O Supremo Tribunal Federal (STF) promoveu nesta terça-feira (3) uma audiência pública para discutir a medida provisória que proibiu as apostas de quota fixa no Brasil. O debate, conduzido pelo ministro Luiz Fux, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 8027, reuniu representantes do futebol, do governo federal, de entidades esportivas e de empresas ligadas ao mercado de apostas.

Entre os participantes estavam Flamengo, Fluminense, Botafogo, Cruzeiro, São Paulo, Corinthians, Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Comitê Olímpico do Brasil e Comitê Paralímpico do Brasil. Cada representante teve dez minutos para apresentar argumentos. A audiência foi transmitida pelos canais oficiais do Supremo, incluindo TV Justiça, Rádio Justiça e YouTube.

A programação também incluiu manifestações da Advocacia-Geral da União (AGU), da Procuradoria-Geral da República (PGR) e de representantes dos ministérios da Fazenda, do Esporte, da Justiça e Segurança Pública e da Saúde. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) também participou, após solicitação da AGU.

A discussão ocorre no contexto de uma disputa judicial sobre a validade da medida provisória. A Associação Nacional de Jogos e Loterias questiona a constitucionalidade da MP 1.394/2026 na ADI 8027 e defende a aplicação da Lei 14.790/2023, conhecida como Lei das Bets.

Outras três ações, as ADIs 8024, 8028 e 8035, também contestam a norma. A AGU solicitou uma nova rodada de debates após a edição da medida provisória.

O STF já havia realizado audiências sobre a regulamentação das apostas em novembro de 2024. Na ocasião, Luiz Fux ouviu mais de 50 especialistas e representantes de órgãos públicos e da sociedade civil durante a análise das ADIs 7721, 7723 e 7749.



SEGURANÇA DIGITAL

Avanço da inteligência artificial exige novos métodos para validar identidades e proteger sistemas

Deepfakes expõem limites de sistemas tradicionais de autenticação

Rosto, voz e número de telefone já não são garantias suficientes de identidade. Com o avanço da inteligência artificial (IA), ferramentas capazes de criar deepfakes tornam as falsificações digitais cada vez mais realistas e ampliam os desafios para empresas que precisam proteger acessos, contas e transações.

Além de reproduzir características humanas, a tecnologia acompanha a expansão de aplicações, APIs, máquinas e agentes de IA que operam com identidades próprias. Estimativas do setor apontam 45 identidades de máquina para cada identidade humana, enquanto 60% dos profissionais consideram as identidades não humanas um risco maior à segurança.

"Estamos diante de uma mudança na própria definição de identidade. [...] A autenticação precisa, portanto, considerar não apenas uma característica isolada, mas todo o contexto daquela interação", explica Douglas Barbosa, especialista em identidade digital da Sec4U.



A manipulação de números telefônicos, imagens, vídeos e vozes permite que criminosos simulem pessoas ou instituições conhecidas. Fotografias e gravações publicadas nas redes sociais também podem ser utilizadas para produzir conteúdos sintéticos convincentes.

Nesse cenário, a biometria continua importante, mas não deve ser considerada uma prova definitiva. A autenticação precisa combinar diferentes sinais, como dispositivo, localização, comportamento e compatibilidade da ação com o perfil do usuário.

O desafio também alcança o comércio eletrônico e as empresas, onde contas legítimas podem ser utilizadas em atividades fraudulentas. A expansão das automações aumenta ainda a quantidade de identidades não humanas, muitas vezes com credenciais e acessos que permanecem ativos sem supervisão adequada.

Segundo Barbosa, é necessário controlar quem é responsável por cada identidade artificial, quais permissões ela possui e quando seus acessos devem ser encerrados. A chegada dos agentes de IA, capazes de executar tarefas em diferentes sistemas, reforça a importância dessa governança.

"À medida que máquinas e agentes de IA ganham capacidade de agir, a pergunta passa a ser mais ampla: quem ou o que está agindo, em nome de quem, para fazer o quê e com qual nível de autorização? Se uma identidade pode agir, ela precisa ser governada", conclui o especialista.

SAÚDE E SERVIDOR PÚBLICO

Audiência proposta por Jônatas Omena discutiu valorização da categoria e oportunidades no serviço público municipal

Câmara Municipal debate inclusão de biomédicos no quadro funcional de Maceió

A Câmara Municipal de Maceió promoveu, nesta sexta-feira (30), uma audiência pública para discutir a inclusão dos profissionais da biomedicina no quadro funcional da Prefeitura e no plano de carreira do município. A iniciativa foi proposta pelo vereador Jônatas Omena, presidente da Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público, e reuniu representantes da categoria, estudantes e profissionais de diferentes estados.

O debate contou com Geyzon Melo, representante do Conselho Federal de Biomedicina; Luciana Dias, advogada da entidade; e Alexsandra Gomes de Lima, delegada da seccional alagoana e biomédica. Omena defendeu a valorização dos profissionais e a possibilidade de inclusão da categoria na Secretaria Municipal de Saúde, especialmente em futuros concursos públicos.

"A biomedicina está presente em várias etapas, desde a investigação, passando pelo diagnóstico e acompanhamento de doenças. São estes profissionais, com formação técnica e científica, que podem contribuir com o avanço das políticas públicas da saúde em nossa cidade", afirmou o vereador.

Geyzon Melo destacou que a contratação de biomédicos pode representar melhor aproveitamento dos recursos públicos e contribuir para o fortalecimento da saúde municipal. Segundo ele, a legislação precisa acompanhar as necessidades da categoria e permitir sua incorporação ao quadro funcional.

Alexsandra Gomes de Lima ressaltou que os profissionais buscam reconhecimento há anos em Maceió e alertou para a falta de oportunidades no mercado de trabalho, que pode levar estudantes a abandonar a formação. Já o biomédico José Guedes citou experiências da Paraíba, onde a categoria já integra os quadros públicos de João Pessoa, e defendeu que o debate avance também em Alagoas.

Para Luciana Dias, a inclusão dos biomédicos na estrutura municipal poderá gerar impactos positivos na assistência à população. Ao final da audiência, Jônatas Omena afirmou que apresentará indicações para fortalecer a categoria e manterá diálogo com a gestão municipal sobre a incorporação dos profissionais.







O encontro também contou com estudantes de biomedicina de Maceió e profissionais de Recife, Caruaru, Brasília e Rio de Janeiro.

HOMENAGEM

Luiz Rogério Neves foi reconhecido pela atuação à frente da Semed e pelas contribuições à educação municipal

Câmara de Maceió concede cidadania e comenda a ex-secretário de Educação

A Câmara Municipal de Maceió concedeu, nesta sexta-feira (30), o título de cidadão maceioense e a Comenda Jarede Viana ao ex-secretário municipal de Educação, Luiz Rogério Neves. As homenagens reconhecem a contribuição do gestor para o desenvolvimento da educação na capital.

O título foi proposto pelo presidente da Casa, vereador Chico Filho, enquanto a comenda partiu do vereador Jônatas Omena. Ambas as iniciativas foram aprovadas por unanimidade. Os vereadores Brivaldo Marques, Cal Moreira e Marcelo Palmeira participaram da solenidade.

Natural de Arapiraca, Luiz Rogério ganhou destaque em Maceió pelas ações desenvolvidas antes e durante a gestão do prefeito JHC. Advogado com pós-graduação em Gestão Pública, coordenou a Rota dos Precatórios do Fundef, projeto idealizado por JHC quando deputado federal.

À frente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), participou da expansão dos Gigantinhos, da entrega de mais de 200 ônibus escolares, da inauguração do primeiro Parque Biblioteca, no Benedito Bentes, e da implantação do Pré-SAEB Educar é Massa. Também acompanhou a retomada das obras do ginásio da Escola Municipal Zumbi dos Palmares, no Clima Bom.

Chico Filho destacou o legado deixado pelo ex-secretário e a relação construída com a comunidade escolar. Segundo o vereador, Luiz Rogério manteve diálogo com profissionais da educação e buscou atender às demandas da população.

Jônatas Omena também ressaltou o reconhecimento de professores, estudantes e familiares pelas melhorias realizadas nas escolas e creches municipais. "Eu tive a oportunidade de visitar várias escolas e o nome dele é unânime, referido com muita alegria e com muita gratidão por tudo que representou na Semed", afirmou.

Ao receber as homenagens, Luiz Rogério agradeceu pelo reconhecimento e destacou sua ligação com a capital, onde constituiu família. Ele também mencionou a participação na implantação dos Gigantinhos, ao lado do ex-prefeito JHC e da ex-primeira-dama Marina Candia.

A solenidade reuniu autoridades estaduais e municipais, entre elas o secretário de Economia Digital, Sérgio Túlio, representando o prefeito Rodrigo Cunha; o deputado estadual Leonam Pinheiro; o prefeito de Coité do Nóia, Bueno Higino; a ex-prefeita de Batalha, Marina Cintra; além de vereadores de Arapiraca e Viçosa.



EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Procedimentos para estudantes da rede municipal seguem até 13 de novembro; pré-matrícula de novos alunos será online

Prefeitura de Maceió inicia renovação de matrículas e transferências para 2027

Pais, responsáveis e estudantes maiores de idade da rede municipal de ensino de Maceió devem ficar atentos ao calendário de matrículas para 2027. Começa nesta terça-feira (3) e segue até 13 de novembro o período de renovação de matrícula e solicitação de transferência entre escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs). Atualmente, a rede atende mais de 65 mil crianças, estudantes e pessoas matriculadas na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI).

A renovação deve ser realizada presencialmente na unidade escolar onde o aluno está matriculado. O procedimento é destinado aos estudantes que frequentaram a rede municipal em 2026 e exige a confirmação de permanência na instituição no próximo ano letivo. Durante o atendimento, a secretaria escolar deverá verificar se os dados cadastrais e a documentação obrigatória estão completos e atualizados.

O mesmo prazo, de 3 a 13 de novembro, será utilizado para solicitar transferências entre escolas e CMEIs da rede municipal. Os pedidos devem ser apresentados na unidade de origem pelos pais, responsáveis ou estudantes maiores de idade.

O resultado das solicitações será divulgado em 30 de novembro, na escola onde o aluno está matriculado. A confirmação da transferência deverá ocorrer entre 30 de novembro e 4 de dezembro, mediante comparecimento à unidade de destino. Caso o pedido não seja atendido, o estudante permanecerá na escola de origem, desde que ela ofereça a etapa ou o ano escolar que será cursado.

A Secretaria Municipal de Educação (Semed) informa que a pré-matrícula para novos estudantes será realizada exclusivamente pela internet, entre 23 e 27 de novembro, por meio do site oficial da Prefeitura de Maceió. Quem encontrar dificuldades para acessar o sistema poderá procurar atendimento presencial na Semed.

Durante o cadastro, será possível indicar até cinco opções de unidades escolares. Entre as informações exigidas estão nome completo, data de nascimento, sexo, endereço com CEP, código da unidade consumidora da conta de energia, telefone, e-mail, quando disponível, filiação, nome e CPF do responsável legal, declaração sobre deficiência, escola de origem e ano, etapa ou período pretendido.

A divulgação dos resultados da pré-matrícula está prevista para 6 a 8 de janeiro de 2027, também no portal da Prefeitura. A confirmação da vaga deverá ser feita entre 6 e 15 de janeiro, diretamente na escola ou CMEI para o qual o estudante foi encaminhado. O não comparecimento dentro do prazo implicará perda automática da vaga, que será destinada a outro candidato.

As vagas remanescentes serão preenchidas de 19 a 22 de janeiro de 2027, diretamente nas unidades de ensino que ainda tiverem disponibilidade, respeitando a ordem da lista de suplência.



RECONHECIMENTO

Homenagem a Carlos Amílcar Salgado, proposta por Doutor Wanderley, destaca atuação em favor da saúde pública e do SUS

Assembleia Legislativa concede título de cidadão alagoano a secretário do Ministério da Saúde

A Assembleia Legislativa de Alagoas concedeu, nesta terça-feira (3), o Título de Cidadão Honorário do Estado ao secretário adjunto de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde, Carlos Amílcar Salgado. A sessão solene, realizada no plenário da Casa, reconheceu a contribuição do médico mineiro para a saúde pública brasileira e os avanços obtidos em Alagoas. A homenagem foi proposta pelo deputado estadual Doutor Wanderley (MDB) e reuniu profissionais da área, familiares e amigos do homenageado.

Durante a solenidade, Doutor Wanderley ressaltou a trajetória de Carlos Amílcar e sua atuação no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente na articulação de ações voltadas ao estado. O parlamentar destacou a disponibilidade do secretário adjunto para atender às demandas de Alagoas, mesmo em períodos de dificuldades na relação entre os governos estadual e federal.

"Alagoas tem uma tradição muito forte na saúde pública, assim como Minas Gerais. E Carlos Amílcar é uma dessas referências da saúde pública no Brasil nas últimas décadas. A atuação dele no Ministério da Saúde ajudou muito a saúde pública aqui em Alagoas. Passamos por um momento muito difícil na relação com o Governo Federal, mas Carlos sempre foi gentil e facilitou as ações de saúde no nosso Estado. Por isso, merece essa grande homenagem, que o torna um alagoano", afirmou.

Ao receber o título, Carlos Amílcar agradeceu à Assembleia Legislativa, ao presidente da Casa, deputado Marcelo Victor, e a Doutor Wanderley pela iniciativa. O médico também ressaltou o acolhimento do povo alagoano e a satisfação em receber o reconhecimento.

"Para mim, é uma alegria enorme ser agraciado com esse título. Agradeço muito ao presidente Marcelo Victor e também ao deputado Wanderley, que apresentou essa indicação. O povo alagoano é muito acolhedor. Como sempre gostei muito de Alagoas, foi uma felicidade enorme ter sido indicado para essa homenagem", declarou.

O secretário adjunto também destacou os resultados alcançados nos últimos quatro anos a partir da parceria entre o Ministério da Saúde e o Governo de Alagoas. Segundo ele, a articulação com o governador Paulo Dantas e o secretário estadual Gustavo contribuiu para ampliar o acesso da população aos serviços de saúde.

"Durante esses últimos quatro anos, pudemos contribuir muito para o aprimoramento do SUS aqui em Alagoas. Em parceria com o governador Paulo Dantas e também com o secretário Gustavo, conseguimos realizar vários projetos que aumentaram o acesso da população aos serviços de saúde. É uma alegria enorme saber que o trabalho realizado nesse período resultou em conquistas concretas para a população alagoana", afirmou.

Médico e mestre em Medicina, com área de concentração em Gastroenterologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Carlos Amílcar Salgado também possui especializações em Administração e Gerenciamento dos Serviços de Saúde, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), e em Clínica Médica, pelo Hospital Governador Israel Pinheiro.



Com experiência na gestão pública em saúde, atuou como supervisor hospitalar da Gerência de Controle e Avaliação e gestor de contratos da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, também ocupou funções como presidente do Comitê Gestor e da Câmara Técnica de Regulação e coordenador de Atenção à Saúde do sistema de saúde da corporação.

ESTÁGIO EM ALAGOAS

Prorrogação beneficia estudantes habilitados no edital mais recente; inscrições estão encerradas

Programa Primeiro Emprego estende validade do banco de talentos até junho de 2027

O banco de talentos do Programa Primeiro Emprego, iniciativa do Governo de Alagoas voltada à inserção de universitários no mercado de trabalho, teve sua validade prorrogada por mais seis meses. Com a mudança, a lista de estudantes habilitados no edital nº E:06/2026/SEPLAG permanecerá vigente até junho de 2027, a partir de 19 de dezembro.

A extensão foi oficializada pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (Seplag) e publicada no Diário Oficial do Estado (DOE) desta terça-feira (3). A relação dos candidatos aptos está disponível no site oficial do programa.

O Primeiro Emprego funciona como uma política de acesso ao estágio em órgãos do Poder Executivo estadual. Quando há vagas disponíveis, as instituições solicitam candidatos e o sistema encaminha automaticamente os estudantes, conforme os critérios estabelecidos no edital.

As inscrições para o banco de talentos atual já foram encerradas. Os selecionados para as oportunidades de estágio cumprem jornada de até seis horas diárias, limitada a 30 horas semanais, e recebem bolsa equivalente a um salário mínimo, além de vale-transporte e seguro contra acidentes pessoais.



SAÚDE PÚBLICA

Unidade estadual realizou 47 procedimentos renais, 13 hepáticos e 10 cardíacos

Hospital do Coração Alagoano chega a 70 transplantes pelo SUS

O Hospital do Coração Alagoano, em Maceió, atingiu a marca de 70 transplantes de órgãos sólidos realizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O resultado evidencia a expansão da assistência de alta complexidade em Alagoas e o trabalho integrado entre equipes hospitalares, serviços de captação e instituições que compõem a rede estadual de transplantes.

O procedimento de número 70 foi realizado em Laurenio Gomes dos Santos, de 66 anos, que enfrentava uma doença hepática crônica e aguardava por um órgão havia nove meses. A esposa, Joanice Santos, contou que o paciente fazia acompanhamento no Hospital Universitário e foi encaminhado para a lista de espera em janeiro, após receber a indicação médica para o transplante.

"Chegamos a imaginar que ele aguardaria muito tempo na fila, mas foi rápido, graças a Deus. Agora meu marido está bem. A equipe do Hospital do Coração Alagoano é muito boa, eu só tenho a agradecer a todos", relatou.

Do total de procedimentos realizados na unidade, 47 foram transplantes renais, 13 hepáticos e 10 cardíacos. A marca foi alcançada durante o 13º transplante de fígado realizado pelo hospital, que integra a rede estadual de assistência pública especializada.

Para o diretor da unidade, Otoni Veríssimo, o resultado representa o compromisso do hospital com a vida e com a oferta de atendimento de qualidade. "Um hospital público, 100% SUS, da rede estadual. Isso só é possível graças ao compromisso social e ao compromisso com a vida de diversos profissionais e instituições", afirmou.

O gestor destacou ainda a atuação conjunta dos serviços responsáveis pela identificação de potenciais doadores, captação de órgãos, realização das cirurgias e acompanhamento dos pacientes transplantados.

Rede integrada

O processo de transplante envolve diferentes etapas e profissionais, desde a identificação e avaliação do potencial doador até a análise dos órgãos, a autorização familiar e a definição do receptor compatível. A Central de Transplantes coordena parte fundamental dessa operação, em articulação com hospitais notificantes, equipes de captação e unidades especializadas.

Segundo o diretor médico do Hospital do Coração Alagoano, Carlos Humberto Bezerra, o procedimento depende de uma estrutura organizada e de uma cadeia de responsabilidades que vai além da cirurgia.



"Para que ocorra um transplante, seja ele hepático, cardíaco ou renal, existe uma cadeia de acontecimentos. A autorização familiar, a avaliação do órgão e a organização da Central de Transplantes são etapas indispensáveis para esse processo", explicou.

O hospital conta com equipes especializadas nos três tipos de transplantes de órgãos sólidos. O atendimento inclui tanto a realização dos procedimentos quanto os cuidados necessários durante a recuperação e o acompanhamento dos pacientes.

"Por isso, o transplante não é apenas o ato cirúrgico. É uma cadeia de responsabilidades médicas e multiprofissionais, na qual a ciência, a ética e a humanidade precisam caminhar juntas", ressaltou o médico.

Gesto de solidariedade

Cada transplante também representa a decisão de uma família que, em meio à dor da perda, autoriza a doação de órgãos e possibilita que outras pessoas tenham uma nova chance de vida.

Otoni Veríssimo reconheceu a importância dos familiares dos doadores e destacou o impacto desse gesto. "Queria deixar um abraço especial, um agradecimento especial à família do doador, que, no momento de maior dor, de maior angústia, se predispõe a doar um órgão para salvar outras vidas", declarou.

"O compromisso social do hospital é seguir salvando vidas", concluiu.

JUSTIÇA

Coordenador da base do CRB foi assassinado a tiros em janeiro; suspeitos permanecem presos

Acusados pela morte de Joba serão julgados por júri popular

A Justiça de Alagoas decidiu levar a júri popular Ruan Carlos Ferreira de Lima Albuquerque e Symeone Batista dos Santos, acusados de participação no assassinato de Johanisson Carlos Lima Costa, conhecido como Joba, de 33 anos. Coordenador das categorias de base do CRB, ele foi morto a tiros em janeiro deste ano, no bairro Santa Lúcia, em Maceió.

Ruan é apontado como mandante do crime, enquanto Symeone teria atuado como intermediário na execução. Os dois foram pronunciados por homicídio doloso qualificado, mediante pagamento e por motivo torpe. A decisão foi proferida pelo juiz Yulli Roter Maia e publicada na quinta-feira (29).

O magistrado também manteve a prisão preventiva dos acusados, considerando a gravidade do caso, o planejamento da ação e o risco à ordem pública. Na decisão, destacou que o crime teria sido cometido mediante pagamento, com monitoramento da vítima e organização prévia.



Execução

O assassinato de Joba provocou comoção no futebol alagoano. Na manhã do crime, o coordenador seguia para um ponto de ônibus no bairro Santa Lúcia, de onde embarcaria em uma van com destino ao Centro de Treinamento Ninho do Galo, do CRB. Ele foi surpreendido e atingido por um tiro na cabeça.

As investigações apontaram Symeone como peça importante para esclarecer a dinâmica do homicídio e identificar o suposto mandante. Imagens de câmeras de segurança mostraram o acusado auxiliando na fuga do atirador.

Em depoimento, Symeone afirmou que o assassinato teria sido planejado por Ruan em dezembro de 2025. O suspeito de encomendar a morte se apresentou à polícia três dias após o crime.

AZULÃO

Luciano Lessa conduz o departamento de futebol enquanto clube aguarda definição sobre nova presidência

CSA acelera busca por técnico e avalia permanência de jogadores

O CSA intensifica as articulações para definir o treinador que comandará a equipe na próxima temporada. A diretoria trabalha com três nomes entre os principais candidatos: William De Mattia, que também recebeu proposta do Brasiliense, Marquinhos Santos, ex-Náutico, e Felipe Surian, com passagens por Sampaio Corrêa e Botafogo-PB.

De acordo com apuração do jornalista Caio Lorena, da TV Asa Branca, a situação de William De Mattia deve ser esclarecida nesta segunda-feira, quando o clube avaliará a possibilidade de mantê-lo na lista de opções.



Mesmo após a desistência de Rafael Tenório, o departamento de futebol segue sob responsabilidade de Luciano Lessa. Foi nesse cenário que o Azulão anunciou, no último sábado, a contratação do meia Juliano Fabro, ex-Sergipe.

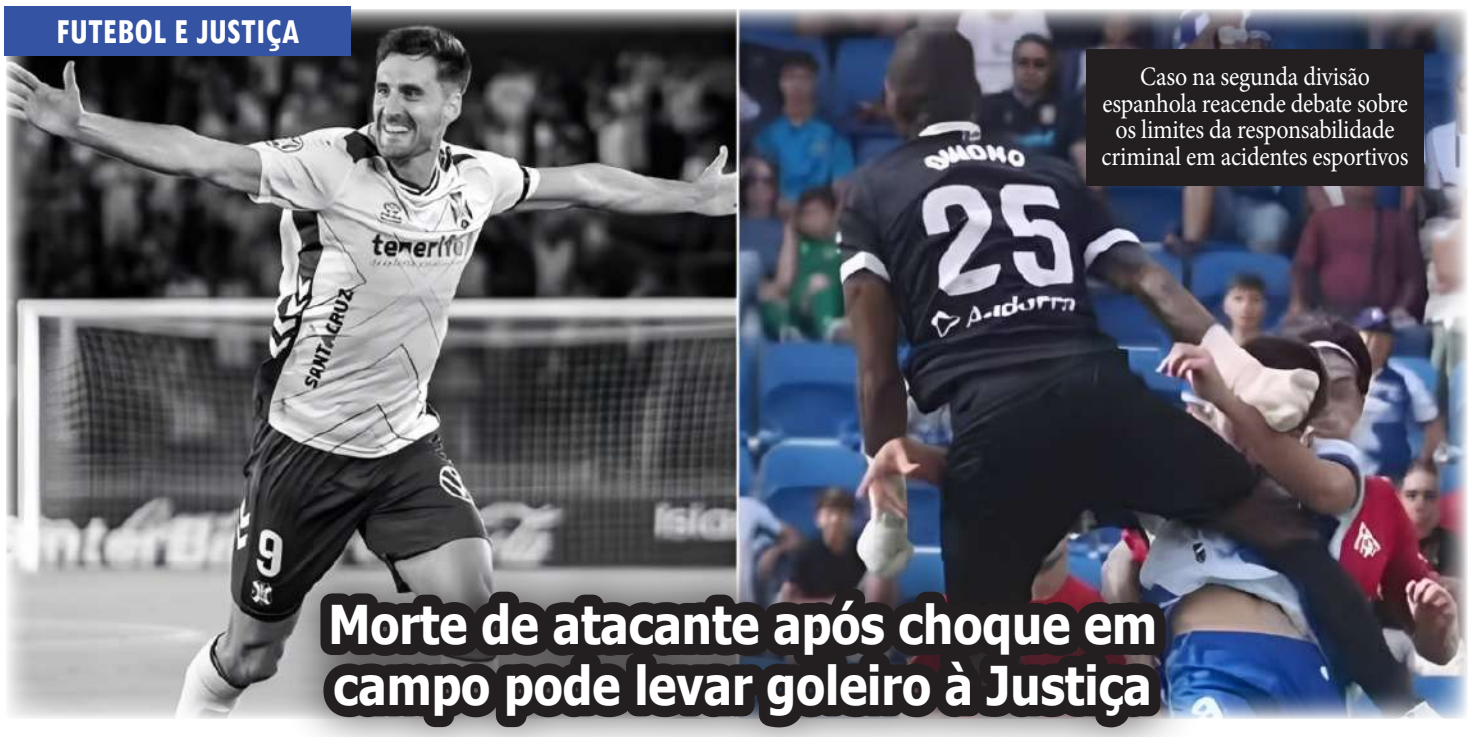
Renovações

Além da escolha do treinador, o CSA avalia a permanência de dois jogadores que integraram o elenco na Série D do Campeonato Brasileiro. O zagueiro Amorim, de 24 anos, e o volante Kayllan, de 25, estão nos planos da diretoria, mas a continuidade de ambos depende do avanço das negociações.

Definição política

Nos bastidores, a expectativa é de que Cristiano Mendonça, vice-presidente da chapa homologada na última terça-feira, assuma o comando do clube. Os próximos passos da reorganização política devem ser esclarecidos em reunião marcada para esta terça-feira, às 19h, no auditório da Meyer, no bairro do Farol.

FUTEBOL E JUSTIÇA



Caso na segunda divisão espanhola reacende debate sobre os limites da responsabilidade criminal em acidentes esportivos

Morte de atacante após choque em campo pode levar goleiro à Justiça

A morte do atacante Jesús de Miguel, do Tenerife, após um choque com o goleiro Jesús Owono, do Andorra, durante uma partida da segunda divisão espanhola, repercutiu no futebol europeu e trouxe à tona uma discussão jurídica: até que ponto um lance ocorrido durante uma disputa esportiva pode resultar em responsabilização criminal?

Especialistas em Direito Desportivo e Penal ouvidos pela imprensa espanhola analisam se a violência de uma jogada pode ultrapassar os limites das infrações previstas nas regras do futebol e configurar crime. O principal aspecto considerado é o chamado risco permitido, conceito que reconhece a exposição dos atletas a choques, disputas físicas e movimentos bruscos inerentes à modalidade.

Nesse entendimento, uma entrada mal calculada ou um choque que provoque lesões graves não caracteriza, necessariamente, uma infração penal. A responsabilização criminal pode ser considerada quando há intenção de agredir ou violência sem relação direta com a disputa esportiva, situações que podem ultrapassar a esfera disciplinar.

O acidente aconteceu nos acréscimos da partida. Jesús de Miguel avançava para disputar uma bola longa quando Owono deixou a área para tentar afastá-la. Os dois se chocaram, e o atacante caiu imóvel no gramado. Jogadores das duas equipes acionaram imediatamente o atendimento médico, que permaneceu por vários minutos tentando socorrê-lo. O goleiro recebeu cartão vermelho direto pela jogada.

A Polícia Nacional espanhola abriu investigação para esclarecer as circunstâncias da morte. Segundo o Tribunal Superior de Justiça das Ilhas Canárias, mortes de causa não natural, mesmo quando aparentemente acidentais, exigem apuração judicial oficial.

A eventual responsabilização de Owono dependerá dos resultados da investigação e da análise das circunstâncias do choque. A apuração deverá esclarecer se o episódio ocorreu dentro dos riscos próprios da atividade esportiva ou se houve elementos que justifiquem consequências além das sanções previstas pelas regras do futebol.

NA GÁVEA



Clube nega procura por substitutos e afirma que diretoria, comissão técnica e elenco seguem unidos na reta final da temporada

Flamengo rebate rumores e garante continuidade de Jardim e Boto

O Flamengo se manifestou nesta terça-feira (3) para negar informações sobre uma possível troca no comando técnico e no departamento de futebol. Em nota oficial, o clube repudiou rumores de que não pretende manter os portugueses Leonardo Jardim e José Boto para 2027 e classificou as notícias como falsas.

Contratado em março, Jardim tem contrato até o fim de 2027. Sob seu comando, o Rubro-Negro conquistou o Campeonato Carioca e alcançou a liderança do Brasileirão, embora tenha sido eliminado da Libertadores e da Copa do Brasil.

Após a vitória por 4 a 1 sobre o Vasco, o treinador comentou as especulações sobre uma possível saída e afirmou que não se deixa influenciar por rumores. Jardim destacou a relação com os jogadores, o ambiente interno e o diálogo com o presidente e José Boto como aspectos prioritários de seu trabalho.

A situação do diretor de futebol é diferente. O contrato de Boto termina no fim deste ano, e uma eventual renovação deverá ser discutida somente após o encerramento do Campeonato Brasileiro. Neste momento, a prioridade da diretoria é a disputa da reta final da competição.

Na manifestação oficial, o Flamengo afirmou que as especulações surgem em momentos decisivos da temporada e lamentou a divulgação de informações que, segundo o clube, prejudicam o ambiente interno. A diretoria também reforçou o discurso de união entre presidência, comissão técnica, jogadores e funcionários, com o objetivo de conquistar o décimo título brasileiro da história rubro-negra.

RIXA PESSOAL

Melquizael Costa, o Melk, afirmou que a rivalidade com Jean Silva ultrapassou os limites esportivos e se tornou pessoal. Em entrevista ao podcast "Direto de Vegas", o lutador revelou que uma declaração do compatriota, que teria ameaçado dar um tiro em seu rosto, foi o estopim do desentendimento. Melk chamou o rival de "idiota" e descartou qualquer possibilidade de reconciliação. Os dois estão em categorias diferentes no UFC.



ESTREIA ANTECIPADA

O brasileiro Rafael Câmara vai antecipar sua estreia como titular na Fórmula 1 e disputará os GPs de São Paulo e Las Vegas pela Haas. O piloto ocupará a vaga de Esteban Ocon, desligado da equipe após desentendimentos no GP do México. Câmara, que já está confirmado para a temporada 2027, terá a oportunidade de correr em Interlagos diante da torcida brasileira. A mudança ocorre enquanto o pernambucano lidera o campeonato da Fórmula 2.

RECLAMAÇÃO

Suspenso, Neymar acompanhou de fora a derrota do Santos por 2 a 1 para o Red Bull Bragantino e reclamou de um possível pênalti não marcado sobre Rony. Nas redes sociais, o camisa 10 compartilhou o lance e escreveu "Mais uma vez". A jogada aconteceu aos 35 minutos do segundo tempo, mas a árbitra Edina Alves mandou seguir, sem intervenção do VAR. Com o resultado, o Peixe caiu para a nona colocação do Brasileirão.



CRÍTICA ÁCIDA

Em coluna no UOL, Milly Lacombe criticou duramente a postura de dirigentes de clubes durante audiência no STF sobre a proibição das bets. A jornalista classificou as manifestações como demonstrações de "miséria moral" e questionou a dependência financeira das equipes em relação às casas de apostas. Representantes de Flamengo, Fluminense e Botafogo alegaram impactos econômicos e riscos de desemprego com a restrição. Milly apontou a falta de alternativas administrativas e criticou argumentos que, segundo ela, ignoram os danos sociais do setor.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

NÃO SOMOS PERFIS. SOMOS CONTEÚDO.



Enquanto as redes vendem versões, **os jornais entregam fatos.**

Não publicamos o que viraliza — divulgamos **o que importa.**

O que incomoda interesses, fortalece a sociedade.

Menos ruído. **Mais apuração.**

SAIA DAS REDES. | **LEIA JORNAIS.** | **ENTENDA A REALIDADE.**

Em um mundo de opiniões rápidas e informações rasas, o jornalismo profissional é o que **conecta você à realidade.**

Valorize quem apura. Valorize quem informa. Valorize o jornal.

A NOTÍCIA
INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.